

TEORIA INTERPRETATIVA DA TRADUÇÃO E TEORIA DOS MODELOS DOS ESFORÇOS NA INTERPRETAÇÃO: PROPOSIÇÕES FUNDAMENTAIS E INTER-RELAÇÕES¹

Evandro Lisboa Freire
Pontifícia Universidade Católica - SP
elf_translation@yahoo.com.br

Resumo: O presente estudo tem por objetivo descrever as proposições fundamentais da Teoria Interpretativa da Tradução, ou *Théorie du Sens* (Teoria do Sentido), e da Teoria dos Modelos dos Esforços na Interpretação, além de apontar as inter-relações entre esses dois modelos teóricos de abordagem e descrição do processo de interpretação em suas diversas modalidades. Para tanto: 1) apresentamos as proposições fundamentais da Teoria Interpretativa da Tradução segundo o embasamento teórico de Marianne Lederer (1984 e 1990), Danica Seleskovitch (1977, 1984 e 1986) e Seleskovitch & Lederer (1989); em seguida: 2) apresentamos as proposições fundamentais da Teoria dos Modelos dos Esforços segundo o embasamento teórico de Daniel Gile (1995); por fim: 3) apresentamos reflexões sobre as inter-relações que envolvem esses dois modelos.

Palavras-chave: Estudos da tradução, interpretação, Teoria Interpretativa da Tradução e Teoria dos Modelos dos Esforços na Interpretação.

Abstract: This study aims to describe the fundamental propositions of the Interpretive Theory of Translation, or *Théorie du Sens* (Theory of Sense), and those of the Theory of the Effort Models in Interpretation, as well as point out the interrelations between these two theoretical models of approach and description of the interpreting process in its many modalities. For this: 1) we present the fundamental propositions of the Interpretive Theory of Translation according to the theoretical basis of Marianne Lederer (1984 e 1990), Danica Seleskovitch (1977, 1984 e 1986), and Seleskovitch & Lederer (1989); subsequently: 2) we present the fundamental proposi-

tions of the Effort Models Theory according to the theoretical basis of Daniel Gile (1995); finally: 3) we present reflections on the interrelations between these two models.

Keywords: Translation studies, interpreting, Interpretive Theory of Translation, and Theory of the Effort Models in Interpretation.

Introdução

Apesar de observamos claramente em nosso dia-a-dia os reflexos da intensificação constante das relações internacionais no mundo globalizado, constatamos que a formação do intérprete ainda se depara com uma limitação significativa em relação à formação do tradutor: a disponibilidade sensivelmente mais escassa de estudos publicados que enfocam a sua área de atuação. Entretanto, diversas pesquisas proporcionam embasamento teórico consistente para a formação e aperfeiçoamento dos intérpretes². Nesse cenário, é possível destacar dois modelos teóricos: a Teoria Interpretativa da Tradução, proposta por Danica Seleskovitch e seguida por Marianne Lederer, e a Teoria dos Modelos dos Esforços na Interpretação, proposta por Daniel Gile. Ambos procuram enfatizar a necessidade de *interpretar* em vez de meramente *traduzir*, ou seja: ressaltam a importância da construção própria do *sentido* na transposição do discurso oral de um idioma para outro.

Na primeira parte do presente estudo, apresentamos as proposições fundamentais da Teoria Interpretativa da Tradução, ou Teoria do Sentido, descrevendo: a) *as três etapas* compreendidas no processo de interpretação; b) o conceito de *desverbalização*; e c) o princípio da *complementaridade cognitiva*. Esse modelo teórico teve origem na análise do processo envolvido na *interpretação consecutiva*.

Na segunda parte, apresentamos as proposições fundamentais da Teoria dos Modelos dos Esforços na Interpretação, descrevendo: a) *as três etapas* compreendidas no processo de interpretação; b) os conceitos de *capacidade total de processamento* (CTP) e *capacidade disponível de processamento* (CDP); e c) as idéias que

originaram o modelo. Esse modelo teórico teve origem na análise do processo envolvido na *interpretação simultânea*.

Por fim, na terceira parte, apresentamos reflexões sobre as inter-relações entre a Teoria Interpretativa da Tradução e a Teoria dos Modelos dos Esforços na Interpretação, destacando aspectos que indicam como esses modelos teóricos complementam-se ao representar sistematizações consistentes do processo de interpretação — o fato de suas origens serem distintas amplia a perspectiva do debate, ressaltando pontos em que conceitos e princípios de um modelo podem ser relacionados aos do outro.

Todas as citações em inglês e francês apresentam tradução livre de nossa autoria no corpo do texto, ao passo que a transcrição *in verbis* encontra-se nas notas, ao final do presente estudo.

1. Proposições fundamentais da Teoria Interpretativa da Tradução

A Teoria Interpretativa da Tradução, ou *Théorie du Sens* (Teoria do Sentido), proposta por Danica Seleskovitch e seguida por Marianne Lederer, teve como ponto de partida a análise do processo de *interpretação consecutiva*. As referidas autoras afirmam que o processo de interpretação compreende três etapas:

- 1) a fusão dos elementos do sentido lingüístico com o conhecimento extralingüístico para obter o sentido;
- 2) a desverbalização desse sentido à medida que ele surge; e
- 3) a expressão espontânea desse sentido de modo lingüístico (Seleskovitch & Lederer, 1989: 21)³.

Não por acaso essa abordagem é denominada Teoria do Sentido: de fato, procura-se obter o *sentido expresso* no discurso oral na língua de partida em vez do *significado das palavras empregadas*

no discurso oral na língua de partida para, a partir disso, reproduzir em língua materna o que foi dito. O recurso utilizado para que o intérprete seja capaz de preservar o sentido é a chamada *desverbalização*: esta compreende o processo de memorizar o sentido do que foi dito sem supervalorizar a memorização das palavras com que esse sentido foi expresso. Assim, torna-se menos dificultosa e mais precisa a reprodução espontânea do sentido expresso no discurso oral em língua estrangeira na língua materna⁴.

Com isso em mente, pode-se afirmar que a Teoria do Sentido procura estimular o intérprete a dissociar as *idéias* das *palavras* empregadas para expressá-las. Essa constatação encontra embasamento na seguinte afirmação das autoras: “O propósito da interpretação é apreender o que foi expresso em uma língua e transportar essa mesma realidade, ou *sentido*, de modo fidedigno em outra língua” (Seleskovitch & Lederer, 1989: 21; destaque das autoras)⁵.

A descrição de cada estágio do processo de interpretação apresenta elementos que esclarecem sobremaneira como essa dissociação entre as idéias e as palavras pode servir para aprimorar a qualidade do processo de interpretação. O primeiro estágio, i. e., a fusão dos elementos do sentido lingüístico com o conhecimento extralingüístico pressupõe que:

Todo discurso, independente da língua, sempre é entendido como uma função não só do valor inerente a cada palavra dita, mas, também, do conhecimento associado a cada palavra, que denominamos *complementos cognitivos* (Seleskovitch & Lederer, 1989: 22; destaques das autoras)⁶.

Segundo Seleskovitch & Lederer (1989), o melhor caminho para compreender o processo de tradução — e, conseqüentemente, o processo de interpretação — não é a *análise lingüística contrastiva*, que tem como objeto de estudo o produto final do processo de tradução e procura inferir os procedimentos que levaram à obtenção desse produto final. O *princípio da complementaridade cognitiva*

torna possível determinar a diferença entre o sentido de um trecho de discurso oral e o significado das palavras com as quais esse trecho foi formulado:

(...) A interpretação torna possível observar o processo de tradução enquanto ele ocorre e verificar que a expressão na língua materna provém de um sentido desverbalizado, e não de uma manipulação dos elementos lingüísticos (Seleskovitch & Lederer, 1989: 23)⁷.

Lederer (1990) traz uma descrição mais abrangente dos complementos cognitivos envolvidos no processo de interpretação. Segundo a autora:

O conhecimento prévio é uma expressão vazia que abrange diversos “complementos cognitivos” que nos ajudam a entender o discurso. Esses complementos cognitivos incluem o conhecimento de mundo, do momento, do lugar, das circunstâncias nas quais um discurso é formulado, da memória do que foi dito anteriormente, do conhecimento de quem é o locutor e de quem são os ouvintes (Lederer, 1990: 53; destaques da autora)⁸.

O conceito denominado *contexto cognitivo* ajuda-nos a conceber de modo claro como se desenvolve o processo de desverbalização:

Ao ouvir alguém falar, lembramos, grosso modo, o que foi dito anteriormente. Uma vez que é pouco provável até mesmo para o melhor dos mnemotécnicos repetir vários minutos de discurso oral, além das observações terem comprovado que os intérpretes de formação empregam sua memória a respeito do que foi dito anteriormente para compreender as frases ao passo em que são enunciadas, pode-se inferir que, muitas vezes, as palavras ditas anteriormente perderam sua forma verbal. Esse modo natural de memória não-verbal é outro complemento cognitivo que pode

ser denominado *contexto cognitivo*. Ele é cognitivo porque não carrega uma forma verbal, e é contextual porque provém daquilo que foi dito. Ele é o conhecimento cumulativo trazido pelo encadeamento do discurso até o trecho que o intérprete está traduzindo (Lederer, 1990: 57; destaques nossos)⁹.

O conhecimento de mundo, por sua vez, também é de suma importância para a compreensão do estágio de desverbalização envolvido na interpretação:

Os falantes nativos de uma língua não se dão conta da existência dos complementos cognitivos. Os contextos verbal, situacional e cognitivo, além do *conhecimento de mundo*, entram em cena muito naturalmente, ao passo que apenas a língua em si parece estar presente. A interpretação, entretanto, requer a percepção dos complementos cognitivos, pois a tradução não ocorre apenas com base nas línguas em si. As diferenças em termos de estrutura lingüística são velhas conhecidas, porém, limitar a pesquisa à gramática e à lingüística contrastiva não levou a ciência da tradução além do ponto que a tradução automática pôde atingir (Lederer, 1990: 59; destaques nossos)¹⁰.

Segundo Glória Regina Loreto Sampaio (módulo Teoria da Interpretação [*Court Interpreting*], no curso seqüencial com destinação coletiva Intérprete em Língua Inglesa, da PUC-SP), podemos descrever metaforicamente o conceito de *desverbalização* da seguinte forma:

A desverbalização consiste em: 1) captar o sentido expresso pelo palestrante em um idioma estrangeiro; 2) “despir” esse sentido das palavras com que estava “vestido”, recorrendo constantemente aos complementos cognitivos disponíveis; e 3) “vestir” o sentido expresso no idioma estrangeiro com nova “roupagem” — i. e., as palavras no idioma materno (comunicação em sala de aula, 2º semestre de 2007; em português).

Dessa maneira, o intérprete economiza grande parte da energia necessária para memorizar *como* o discurso foi apresentado para que possa memorizar *o que* foi apresentado no discurso.

Um ponto fundamental a destacar em relação à Teoria do Sentido é o fato de que ela não foi desenvolvida a partir da interpretação consecutiva por acaso: nessa modalidade de interpretação, torna-se mais aparente o processo de desverbalização do sentido, pois o intérprete é obrigado a armazenar do modo mais conciso e preciso possível as informações que se acumulam ininterruptamente ao longo do discurso do palestrante em língua estrangeira para reproduzir, também ininterruptamente, esse discurso em língua materna¹¹. Outro aspecto importante é o fato de que o sentido expresso no idioma estrangeiro não é considerado um “discurso original” a ser preservado custe o que custar:

(...) O sentido pode ser definido como uma construção cognitiva feita pelo enunciatário com base nos sons que partiram da boca do enunciadador: ele adiciona a esses sons lembranças cognitivas que combinam com esses estímulos, além de conhecimento adicional, seja da memória de longo ou médio prazo, que combina com a oração ou frase em questão como um todo (Seleskovitch, 1977: 335)¹².

Para que o resultado do processo de interpretação, em quaisquer de suas modalidades, seja satisfatório, é necessário que o intérprete tenha em mente que “interpretar um discurso não é traduzir uma língua” (Seleskovitch, 1984: 104)¹³. De fato, segundo a autora, a *fidelidade* envolvida no processo de interpretação não tem em vista as *palavras*, mas sim o *sentido*. Assim:

Se compararmos uma interpretação simultânea realizada em condições autênticas com o discurso original que ela traduz, será possível observar o que denominamos *sentido* em oposição a *significado lingüístico*. O processo da tradução consiste em resgatar da formulação na língua de partida o *sentido* que ela

designa, sentido este que a formulação não mais contém após sua expressão na língua de chegada. Entre o original e sua tradução encontra-se a *idéia desverbalizada* que, uma vez apreendida conscientemente, pode ser expressa em quaisquer idiomas. Quando se depara com um enunciado, o intérprete não se pergunta “o que significa, *geralmente*, cada uma dessas palavras?”, mas sim “o que significam estas palavras, esta frase, *aquí e agora?*” (Seleskovitch, 1984: 104-105; destaques nossos)¹⁴.

No mesmo sentido, a autora afirma que “uma vez captado o sentido, sua formulação reconstitui os automatismos lingüísticos, as idéias, os sentimentos, as noções que devem ser transmitidas encontram expressão por si” (Seleskovitch, 1984: 105)¹⁵. Ou seja: tendo em vista as *palavras* que constituem o *sentido*, adota-se o princípio contido na expressão “plus ça change, plus ce la même chose”¹⁶. Vale ter sempre em mente que “em línguas distintas não utilizamos as mesmas significações para exprimir as mesmas idéias” (Seleskovitch, 1984: 104)¹⁷.

Geralmente, não é proveitoso para o intérprete optar por *transcodificar* um discurso, i. e., “(...) passar de uma língua para outra convertendo os signos de uma nos signos da outra” (Lederer, 1984: 15)¹⁸, em vez de optar por *desverbalizar* esse discurso, i. e., “(...) determinar a significação pertinente desses signos para encontrar a significação equivalente na outra língua” (Lederer, 1984: 15)¹⁹. Segundo a Teoria do Sentido, constituem exceção à desverbalização do sentido os números e termos técnicos, p. ex., ou seja, elementos do discurso cuja mera conversão dos signos de uma língua nos signos da outra língua reconstitui o sentido de modo contextualizado durante a interpretação. Lederer destaca a importância do predomínio da desverbalização como segue:

Na comunicação, o sentido liberta-se do encadeamento das palavras e das frases e estas se combinam de modo mais produtivo

também dessa maneira. O sentido se constrói à medida que se desenrola a cadeia discursiva; se interrompermos bruscamente o conjunto para recortar um segmento qualquer, certamente poderemos extrair uma passagem e analisar sua correção, mas será impossível extrair, ao mesmo tempo, o sentido que permanecer preso à massa textual (Lederer, 1984: 19)²⁰.

Por meio da aplicação das proposições fundamentais da Teoria Interpretativa da Tradução, pode-se dizer que o intérprete procura *conquistar* o sentido tendo em mente que:

O único controle consciente que exercemos sobre as palavras que utilizamos provém de um processo de *feedback*; nós nos tornamos conscientes de nossa linguagem quando ouvimos que dissemos algo sem sentido. Paralelamente, temos consciência daquilo que entendemos, mas não das palavras que estimularam esse entendimento (Seleskovitch, 1977: 336; desta que nosso)²¹.

Concluimos esta seção inicial do presente estudo com o seguinte raciocínio de Seleskovitch:

A interpretação demonstra que a tradução não é um processo analítico, mas sintético; interpretamos do mesmo modo como nos entendemos normalmente, combinando as percepções da língua com conhecimentos relevantes (Seleskovitch, 1977: 336)²².

2. Proposições fundamentais da Teoria dos Modelos dos Esforços na Interpretação

A Teoria dos Modelos dos Esforços na Interpretação proposta por Daniel Gile teve como ponto de partida a análise do processo de *interpretação simultânea*. O autor indica que o processo de interpretação compreende três esforços, denominados: 1) esforço

de audição e análise; 2) esforço de produção; e 3) esforço da memória de curto prazo. Concomitantemente a esses esforços, entra em cena a *coordenação*, que assume o papel de elemento moderador entre os outros três esforços.

A partir desses modelos de esforços, o autor estabelece a premissa de que cada evento de interpretação requer uma *capacidade total de processamento* (CTP), ao passo que os intérpretes apresentam uma *capacidade disponível de processamento* (CDP). A performance dos intérpretes pode ser considerada insatisfatória quando: a) a CTP vai além da CDP (i. e., há *saturação*, o canal de comunicação [CDP] não supre a demanda do ato de comunicação [CTP]); e b) quando a CDP não é suficiente para suprir a demanda de algum(s) dos esforços (i. e., há *déficit* em relação a algum(s) dos três esforços envolvidos ou à *coordenação* entre eles).

Com essas considerações iniciais em vista, podemos partir para uma perspectiva mais ampla da Teoria dos Modelos dos Esforços na Interpretação. Segundo o autor, sua teoria teve origem em duas idéias:

- 1) A interpretação requer uma espécie de “energia” mental cuja reserva disponível é limitada.
- 2) A interpretação consome praticamente toda essa energia mental, e, algumas vezes, a demanda vai além da reserva disponível; nesse caso, a performance do intérprete deteriora-se (Gile, 1995: 161; destaques do autor)²³.

Ao resgatar estudos de autores envolvidos com a Psicologia Cognitiva, Gile (1995) relaciona o conceito de *atenção* a: 1) operações mentais automáticas e 2) operações mentais não-automáticas. A capacidade de processamento envolvida nas operações mentais automáticas (p. ex., identificar um estímulo cognitivo conhecido em condições favoráveis) requer menos atenção do que a capacidade de processamento envolvida nas operações mentais não-automáticas (p. ex., identificar um estímulo cognitivo desconhecido ou um estímulo cognitivo conhecido em condições desfavoráveis).

Em geral, a interpretação engloba operações mentais não-automáticas, nas quais encontramos: 1) limitações da capacidade de processamento por parte dos intérpretes envolvidos em um evento; e 2) elevada demanda da capacidade de processamento por parte do evento de interpretação em questão.

Com isso em vista, o autor afirma:

A partir de minhas observações sobre a interpretação simultânea, imaginei um modelo segundo o qual ela é constituída por três *componentes* ou *esforços* principais: um *componente de audição e análise*, um *componente de produção de discurso oral* e um *componente da memória de curto prazo* (Gile, 1995: 162; destaques do autor)²⁴.

Em outras palavras, o intérprete deve: 1) *compreender* o discurso oral em língua estrangeira apresentado pelo palestrante; 2) *produzir* o discurso oral equivalente em sua língua materna; e 3) *armazenar em sua memória de curto prazo* o que foi dito anteriormente.

O esforço de audição e análise é definido como segue:

O *esforço de audição e análise* consiste em todas as operações voltadas à compreensão, desde a análise das ondas sonoras portadoras do discurso oral na língua de partida que chegam aos ouvidos do intérprete, passando pela identificação das palavras, até chegar às decisões finais sobre o “significado” do que foi dito pelo palestrante (Gile, 1995: 162; destaques do autor)²⁵.

Uma das características que nos permitem indicar ser esse primeiro esforço uma operação mental não-automática é o fato de que a compreensão durante o processo de interpretação vai muito além do nível léxico. O intérprete deve ser capaz não só de relacionar os sinais lingüísticos a seu próprio conhecimento de mundo como, tam-

bém, de eliminar a ambigüidade que pode surgir de erros cometidos pelo palestrante em relação à correção gramatical (forma) e discursiva (conteúdo). O esforço de audição e análise não compreende a mera apreensão de um sentido que existe *de per se*, mas sim a reconstrução do sentido expresso em língua estrangeira na língua materna do intérprete.

Sobre o esforço de produção, temos:

Esse é o nome dado à exposição no processo de interpretação. Na interpretação simultânea, o esforço de produção é definido como o conjunto de operações que vão desde a representação mental da mensagem a ser apresentada, passando pelo planejamento do discurso oral, até a concretização desse planejamento. Na interpretação consecutiva, há dois tipos de produção. Na primeira fase, o intérprete escuta o que diz o palestrante e toma notas; na segunda fase, ele produz o discurso oral equivalente em sua língua materna (Gile, 1995: 165)²⁶.

Uma característica que nos permite indicar ser esse segundo esforço uma operação mental não-automática é o fato de que a definição das palavras adequadas para reproduzir em língua materna o que foi dito pelo palestrante em língua estrangeira é um processo que, geralmente, requer certo espaço de tempo — esse fato torna-se aparente por meio das hesitações, geralmente muito mais longas por parte do intérprete. A transposição de idéias e informações de uma língua para outra por meio do discurso oral deixa pistas muito nítidas, indicando que as combinações entre as palavras de um idioma são muito distintas das combinações apresentadas em outro idioma.

Já o esforço da memória de curto prazo engloba os seguintes pressupostos:

Durante a interpretação, as operações da memória de curto prazo (com duração de poucos segundos) ocorrem continuamente.

Algumas devem-se ao intervalo entre o momento em que os sons são ouvidos e o momento em que são interpretados (...). Outras operações dessa natureza, ainda, devem-se às características específicas de um palestrante ou discurso (...). Há também fatores específicos da linguagem que requerem operações da memória de curto prazo (Gile, 1995: 168-169)²⁷.

Em outras palavras, o intérprete tem a missão de armazenar em sua memória de curto prazo as idéias e informações relevantes durante o evento de interpretação em que está envolvido. Ele deve ser capaz de resgatar o que foi dito anteriormente sempre que essas idéias ou informações mostrarem-se indispensáveis à compreensão de determinado trecho do discurso em língua estrangeira do palestrante ou à produção de determinado trecho de seu próprio discurso em língua materna. Segundo o autor:

Claramente, as operações da memória de curto prazo enquadram-se na categoria das operações não-automáticas porque incluem o armazenamento de informações para posterior utilização (...). (...) As informações armazenadas mudam tanto de um discurso oral para outro como durante cada discurso oral ao passo que são apresentadas, e (...) tanto a quantidade de informação armazenada como o tempo de armazenamento podem variar, de modo que há pouca chance de ocorrer repetição de operações idênticas em frequência suficiente para permitir que o processo seja automatizado (Gile, 1995: 169)²⁸.

Para que o processo de interpretação seja bem desempenhado, é necessário que a *demandas operacional total* (DT) do evento de interpretação esteja aquém da *capacidade de processamento disponível total* (CT) do intérprete. Para ilustrar essa condição ideal do processo de interpretação, o autor esboça a seguinte fórmula:

$$DT < CT$$

Segue abaixo a explicação metafórica dessa condição ideal, proposta por Gile:

A interpretação é semelhante a uma festa para a qual foram convidados A, P e M. Para que eles fiquem satisfeitos, duas condições devem ser atendidas: além de a quantidade total de vinho (V) ser suficiente para saciar a sede dos convidados, o anfitrião deve ser capaz de encher o copo de cada um deles assim que ficar vazio (Gile, 1995: 171-172)²⁹.

Pode-se afirmar que Daniel Gile empreende uma tentativa abrangente de investigar como se dá a relação desigual entre o intérprete, o palestrante e o público que deseja tomar contato com o conteúdo expresso no discurso oral em língua estrangeira — cabe ao intérprete desempenhar uma atividade muito mais complexa, que envolve estágios nos quais ele: a) não tem o mesmo controle concedido ao palestrante sobre a produção do discurso oral; b) geralmente, não tem a mesma capacidade de compreensão do assunto em pauta em comparação com o público; c) precisa ter uma capacidade de memória de curto prazo muito mais ampla do que a do palestrante e do público; e, além disso, d) deve ser capaz de coordenar de modo adequado a compreensão do discurso oral em língua estrangeira, a produção do discurso oral em língua materna e a utilização da memória de curto prazo ao passar do estágio de *input* para o estágio de *output* ao longo de todo o evento de interpretação.

3. Inter-relações entre a Teoria Interpretativa da Tradução e a Teoria dos Modelos dos Esforços na Interpretação

A Teoria Interpretativa da Tradução e a Teoria dos Modelos dos Esforços na Interpretação constituem, em nosso entendimento, modelos que se complementam no sentido de que representam sis-

tematizações consistentes do processo de interpretação. Enquanto Seleskovitch & Lederer partem da análise da interpretação consecutiva para demonstrar como a preservação do sentido é empreendida pelo intérprete por meio da desverbalização, Gile parte da interpretação simultânea para demonstrar como o intérprete procura coordenar os esforços envolvidos em seu ofício para atingir um nível de qualidade satisfatório.

Ambos os modelos dividem o processo de interpretação em três estágios que compreendem: 1) a apreensão do sentido expresso na língua de partida; 2) a memorização desse sentido; e 3) a reprodução desse sentido na língua materna do intérprete. Obviamente, como as modalidades de interpretação que originaram os modelos são distintas, a ordem dos fatores 2 e 3 é inversa: enquanto na interpretação consecutiva a memorização (desverbalização) vem antes da produção do discurso por parte do intérprete, na interpretação simultânea a produção do discurso por parte do intérprete precede a memorização do que foi dito. De fato, na interpretação consecutiva as anotações são um meio que auxilia a memorização global, ao passo que a interpretação simultânea, marcada por maior restrição de tempo, depende da concentração no encadeamento discursivo para proporcionar ao intérprete essa memorização contextualizada.

Ambos os modelos procuram enfatizar a necessidade da *interpretação*, i. e., construção própria do sentido por parte do intérprete, para que o processo de tradução empreendido por este apresente resultados satisfatórios. Seleskovitch & Lederer entendem que os chamados *complementos cognitivos* são uma necessidade intrínseca ao processo de interpretação, pois a tradução interlingual não envolve apenas os idiomas em si. Já Daniel Gile afirma que a interpretação envolve *operações mentais não-automáticas*, pois o intérprete deve estar constantemente preparado para lidar com situações que exigirão procedimentos espontâneos e instantâneos.

A chamada transcodificação é considerada um procedimento que compromete a qualidade do processo de interpretação de di-

versos modos. Para Seleskovitch & Lederer, ao optar pela transcodificação em vez da desverbalização, o intérprete corre sério risco de não conseguir acompanhar o ritmo discursivo desenvolvido pelo palestrante, pois as palavras devem fluir naturalmente, servindo como suporte para as idéias. Para Daniel Gile, a transcodificação pode deteriorar a performance do intérprete a ponto de sua capacidade de processamento das informações não ser suficiente para suprir a demanda operacional envolvida no evento de interpretação no qual está envolvido.

Jean-René Ladmiral desenvolve um raciocínio sobre a desverbalização, preconizada por Seleskovitch & Lederer, que pode perfeitamente ser relacionada à Teoria dos Modelos dos Esforços na Interpretação proposta por Daniel Gile:

(...) Parece incontestável que todas as nossas representações e a comunicação como um todo não podem existir sem um “suporte”. Mas esse suporte não é, necessariamente, constituído pelos significantes de uma língua, de uma única língua, nem, sobretudo, são esses significantes organizados dentro de um enunciado bem formado (EBF), conforme às normas de determinada língua natural (Ladmiral, 2005: 479; destaque do autor)³⁰.

De fato, o intérprete depara-se não só com questões relacionadas às línguas, mas, também, à linguagem empregada por meio delas. Pode-se dizer que o intérprete procura *ir direto ao ponto* quando traduz um discurso, uma vez que as diversas restrições envolvidas não devem ser encaradas como empecilho, mas como condição de trabalho. Raramente o imprevisto é uma exceção.

A interpretação demanda a capacidade de balancear os três estágios descritos em cada modelo teórico. De acordo com Seleskovitch & Lederer, a tradução é um processo sintético, e não analítico, o que faz com que a naturalidade da comunicação em língua materna assuma o papel principal na busca pelo equilíbrio.

Já Daniel Gile adiciona aos três esforços um elemento moderador, denominado Esforço de Coordenação, i. e., a capacidade de o intérprete não comprometer um ou mais dos esforços em detrimento de outro(s) no evento de interpretação.

Por fim, vale lembrar que as metáforas utilizadas para ilustrar cada modelo, a “troca de vestimentas” de Seleskovitch & Lederer e o “abastecimento constante dos copos” de Gile ajudam sobremaneira na compreensão dos conceitos. Ambos os modelos reforçam a idéia de que a matéria-prima a partir da qual o intérprete desenvolve seu trabalho não são as palavras empregadas para elaborar um discurso oral, mas sim as idéias por meio das quais se constrói o raciocínio que o palestrante deseja compartilhar com o público.

Considerações finais

Ao descrever as proposições fundamentais e as inter-relações entre a Teoria Interpretativa da Tradução e a Teoria dos Modelos dos Esforços na Interpretação, procuramos destacar a importante contribuição de Seleskovitch & Lederer e de Daniel Gile à formação e aprimoramento dos intérpretes mundo afora. De fato, são dois modelos consistentes que procuram ampliar a perspectiva sobre o objeto de estudo da interpretação.

A distinção entre as modalidades de interpretação a partir das quais cada modelo teve origem permite-nos refletir sobre as diversas dificuldades enfrentadas pelo intérprete. Por meio de princípios e conceitos contextualizados no âmbito de cada modelo, torna-se possível sistematizar de modo criterioso a abordagem e descrição do processo de interpretação. A identificação de inter-relações entre os modelos em questão revela-se proveitosa por conta da possibilidade de prover uma base racional alternativa em contextos de prática ou análise de eventos de interpretação que desafiem alguma(s) proposição(ões) desenvolvida(s) em um dos modelos. Em uma área do conhecimento que prioriza o *sentido* na comunicação interpessoal,

a exceção à regra pode ser o primeiro passo para atingir um patamar mais elevado de compreensão e entendimento.

A interpretação não compreende apenas um, mas sim uma série de esforços. Tanto a Teoria Interpretativa da Tradução como a Teoria dos Modelos dos Esforços na Interpretação fornecem subsídios primordiais para a compreensão de que *interpretar um discurso não é traduzir uma língua*: a construção própria do *sentido* por parte do intérprete é uma necessidade para que ele mantenha-se fiel a sua missão de possibilitar o intercâmbio do pensamento humano por meio da transposição das inúmeras barreiras lingüísticas entre os povos.

Notas

1. Estudo desenvolvido originalmente como trabalho de conclusão do módulo Teoria da Interpretação (*Court Interpreting*), no curso seqüencial com destinação coletiva Intérprete em Língua Inglesa, da PUC-SP. Agradecemos à Profa. Dra. Glória Regina Loreto Sampaio pelos inestimáveis ensinamentos ao longo do 2º semestre de 2007 e pela proposta de pesquisa.

2. Para constatar a veracidade dessa afirmação, vale acessar, p. ex., o site da revista *Meta: Journal des traducteurs*, que disponibiliza em versão eletrônica seus exemplares publicados desde o ano de 1966 até os dias atuais: < <http://www.erudit.org/revue/meta/> >. Essa publicação dedica-se tanto a estudos de tradução como de interpretação, sendo consideravelmente maior o volume de contribuições voltadas à primeira. Com relação a obras integralmente dedicadas aos estudos da interpretação, uma visita a livrarias que aderiram ao padrão *megastore*, p. ex., revela quão raras são as publicações e a proporção da diferença entre a oferta de livros sobre tradução e sobre interpretação, embora a disponibilidade de livros sobre tradução no mercado brasileiro ainda esteja bem longe de ser considerada satisfatória. Nesse sentido, vale, ainda, fazer um levantamento da produção de teses e dissertações voltadas aos estudos da interpretação nas universidades brasileiras.

3. “1) merging elements of linguistic meaning with extra-linguistic knowledge to obtain sense; 2) deverbaling that sense as it emerges; and 3) spontaneously expressing this sense linguistically” (Seleskovitch & Lederer, 1989: 21).
4. Adotamos os termos *língua de partida* ou *língua estrangeira* quando nos referimos ao discurso oral do palestrante e o termo *língua materna* quando nos referimos ao discurso oral do intérprete.
5. “The purpose of interpretation is to take what is expressed in one language and convey that same reality, or *sense*, faithfully in another language” (Seleskovitch & Lederer, 1989: 21).
6. “All speech, regardless of language, is always understood as a function not only of the inherent value of each word uttered, but also of the knowledge associated with each word, which we term *cognitive complements*” (Seleskovitch & Lederer, 1989: 21).
7. “(...) Interpretation makes it possible to observe the translation process as it happens and see that expression in the target language derives from a deverbaling sense and not from a manipulation of linguistic elements” (Seleskovitch & Lederer, 1989: 21).
8. “Background knowledge is a blanket expression covering a number of ‘cognitive complements’ that help us understand speech. These include knowledge of the world, of time, place, of the circumstances out of which a speech arises, memory of things said previously, knowing who the speaker is and who the listeners are” (Lederer, 1990: 53).
9. “When listening to someone speaking, we remember roughly what was said previously. Since it would hardly be possible even for the best of mnemonists to repeat several minutes of speech verbatim, and since observation shows that trained interpreters make use of their memory of things said previously to understand sentences now being uttered, it must be inferred that to a large extent words said previously have lost their verbal shape. This natural way of nonverbal memory is another cognitive complement which may be called cognitive context. It is cognitive since it no longer bears a verbal shape, and contextual, since it stems from things said. It is the cumulative knowledge brought by the speech chain up to the point where the interpreter is translating” (Lederer, 1990: 57).

10. “Native listeners are not aware of cognitive complements. Verbal, situational, and cognitive contexts and knowledge of the world come into play quite naturally, while language alone seems to be present. Interpreting, however, requires an awareness of cognitive complements, because languages are not translated on the basis of language alone. The differences in language structures have been obvious for a long time, but limiting research to grammar and contrastive linguistics has taken the science of translating no further than what machine translation can achieve” (Lederer, 1990: 59).

11. Segundo Reynaldo Pagura (professor do módulo Prática de Interpretação Inglês-Português I, no curso seqüencial com destinação coletiva Intérprete em Língua Inglesa, da PUC-SP), o que vivenciamos em um evento de interpretação “é o conteúdo, e não as palavras; a interpretação envolve *sentido*” (comunicação em sala de aula, 1^o semestre de 2008; em inglês — tradução livre; destaque nosso). Sobre a desverbalização, o autor afirma: “(...) Na interpretação consecutiva ela é praticamente uma necessidade, pois não é humanamente possível que se retenha o léxico e a estrutura sintática de vários minutos de um discurso. Na interpretação simultânea, o discurso de partida encontra-se sempre mais presente na mente do intérprete, uma vez que a distância entre o momento em que se escuta o original e se enuncia a tradução oral na língua de chegada raramente é maior do que três a cinco segundos. A impressão da formulação lingüística original é, de fato, muito mais presente do que na consecutiva e a desverbalização precisa ser consciente. Na tradução escrita (...) o texto original está presente e pode ser consultado constantemente. É nesse processo que a desverbalização se torna mais difícil e precisa, até certo ponto, ser ‘forçada’. Digo ‘precisa’ propositalmente, pois todo tradutor sabe que não se podem converter apenas as estruturas e léxico de uma língua para as estruturas e léxico de outra, sob pena de ter um texto de chegada não-idiomático” (Pagura, 2006: s.p.). Devemos ter em mente que “o original” a que Pagura se refere não enfoca o contexto do termo “original” empregado por autores que se propõem a analisar a *fidelidade em tradução*; o que está em questão é o *discurso de partida* provido pelo palestrante no processo de interpretação e a *formulação lingüística* provida pelo texto do autor no processo de tradução.

12. “(...) Sense can be defined as a cognitive construction made by the addressee on the basis of the sounds he received from the addresser’s mouth: he adds to them such cognitive remembrance as fits the sounds, and such additional knowledge, whether form his long or medium term memory, that fits the whole of a clause or sentence” (Seleskovitch, 1977: 335).

13. “Interpreter un discours n’est pas traduire une langue” (*vide* Seleskovitch, 1984: 104).

14. “Si on compare une interprétation simultanée réalisée dans des conditions authentiques, avec le discours original qu’elle traduit, on voit apparaître ce que nous avons appelé le sens par opposition aux significations linguistiques. Le processus de la traduction consiste à dégager de la formulation en langue source le sens qu’elle désigne mais qui n’est pas contenu en elle, puis de l’exprimer en langue cible. Entre l’original et la traduction se trouve l’idée déverbalisée qui, une fois saisie consciemment, peut s’exprimer dans n’importe quelle langue. En présence d’un énoncé l’interprète ne se demande pas: ‘Que signifie en général chacun de ces mots?’ mais ‘Que veut dire l’ensemble de ces mots, de cette phrase, hic et nunc?’” (Seleskovitch, 1984: 104-105).

15. “Une fois cerné le sens, sa formulation relève des automatismes langagiers; les idées, les sentiments, les notions que l’on veut transmettre trouvent à s’exprimer d’elles mêmes” (Seleskovitch, 1984: 105).

16. Tradução livre: “por mais que mude, continua sendo a mesma coisa”.

17. “Dans différentes langues on n’utilise pas les mêmes significations pour exprimer les mêmes idées” (Seleskovitch, 1984: 104).

18. “(...) Aller d’une langue à l’autre en convertissant des signes en d’autres signes” (Lederer, 1984: 15).

19. “(...) Déterminer la signification pertinente de ces signes pour en trouver l’équivalent dans l’autre langue” (Lederer, 1984: 15).

20. “Dans la communication, le sens se dégage de l’enchaînement des mots et des phrases, chacun et chacune ajoutant son apport aux autres mais bénéficiant aussi du leur. Le sens se construit au fur et à mesure que se déroule la chaîne parlée; si on fige brusquement le tout pour en découper un segment au hasard, on peut certes extraire un passage et en analyser la correction, il sera impossible d’en extraire en même temps le sens qui restera pris dans la masse du texte” (Lederer, 1984: 19).

21. “The only conscious control we exercise over the words we use is through a feedback process; we become conscious of our language when we hear that we said something amiss. In a parallel manner we are conscious of what we understand but not of the words that triggered off that understanding” (Seleskovitch, 1977: 336).

22. "Interpretation shows that translation is not an analytical process, but a synthetic one; we interpret as we understand each other normally by combining perceptions of language with relevant knowledge" (Seleskovitch, 1986: 376).
23. "Interpretation requires some sort of mental 'energy' that is only available in limited supply." "Interpretation takes up almost all of this mental energy, and sometimes requires more than is available, at which times performance deteriorates" (Gile, 1995: 161).
24. "From my observation of simultaneous interpretation, I imagined it could probably be modeled as consisting of three main *components* or *Efforts*: a *listening and analysis component*, a *speech production component*, and a *short-term memory component*" (Gile, 1995: 162).
25. "The *Listening and Analysis Effort* is defined here as consisting of all comprehension-oriented operations, from the analysis of the sound waves carrying the source-language speech which reach the interpreter's ears, through the identification of words, to the final decisions about the 'meaning' of the utterance" (Gile, 1995: 162).
26. "This is the name given to the output part of interpretation. In simultaneous interpretation, it is defined as the set of operations extending from the mental representation of the message to be delivered to speech planning and the performance of the speech plan. In consecutive interpretation, there are two kinds of production. During a first phase, the interpreter listens to the speech and produces notes; during the second phase, he or she produces the target language speech" (Gile, 1995: 165).
27. "During interpretation, short-term memory operations (up to a few seconds) occur continuously. Some are due to the lag between the moment speech sounds are heard and the moment they are interpreted (...). Still others may be due to specific characteristics of a given speaker or speech (...). There are also language specific factors that require short-term memory operations" (Gile, 1995: 168-169).
28. "Clearly, short-term memory operations fall under the category of nonautomatic operations because they include the storage of information for later use (...). (...) Stored information changes both from one speech to another and during every speech as it unfolds, and (...) both stored information quantities and storage duration may vary from moment to moment, so that there is little chance for repetition of

identical operations with sufficient frequency to allow automation of the process” (Gile, 1995: 169).

29. “Interpretation is likened to a party in which L, P and M are invited guests. In order for them to be happy, two conditions must be met: not only the total wine (or liquor) supply A cover their thirst, but the host must manage its distribution so as to be able to fill the glass of any guest as soon as it is empty” (Gile, 1995: 171-172).

30. “(...) Il paraît incontestable que toutes nos représentations et toute communication ne peuvent exister sans un “support”. Mais ce support, ce ne sont pas nécessairement les signifiants d’une langue, d’une seule langue, ni surtout que ces signifiants soient organisés en un énoncé bien formé (ÉBF) conforme à la norme d’une langue naturelle donnée” (Ladmiral, 2005: 479).

Bibliografia

GILE, D. “The Effort Models in Interpretation”. In: *Basic Concepts and Models for Interpreter and Translator Training*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1995, p. 159-190.

LADMIRAL, Jean-Réne. Le “salto mortale de la déverbalisation”. In: *Érudit Meta*, v. 50, n. 2. Montréal: Les Presses de l’Université de Montreal, 2005, p. 473-487.

LEDERER, M. “Transcoder ou réexprimer”. In: LEDERER, M & SELESKOVITCH, D. *Interpreter pour Traduire*. Paris: Publications de la Sorbonne, 1984, p. 15-36.

_____. “The Role of Cognitive Complements in Interpreting”. In: BOWEN, David & BOWEN, Margareta (orgs.). *Interpreting — Yesterday, Today, and Tomorrow*.

row. ATA Monograph Series, v. IV. Binghamton: State University of New York, 1990, p. 53-60.

LEDERER, M & SELESKOVITCH, D. "The Interpretation Process". In: *A Systematic Approach to Teaching Interpretation*. Paris: European Communities, 1989, p. 21-26.

PAGURA, Reynaldo. A Teoria Interpretativa da Tradução (*Théorie du Sens*) e a desverbalização. Artigo não publicado, 2006, 11 p.

SELESKOVITCH, D. "Language and Cognition". In: GERVER, D. & SINAIKO, H. W. (eds.). *Language and Communication*. New York: Plenum, 1977, p. 333-341.

_____. "Interpreter un Discours n'est pas Traduire une Langue". In: LEDERER, M & SELESKOVITCH, D. *Interpreter pour Traduire*. Paris: Publications de la Sorbonne, 1984, p. 104-115.

_____. "Interpreting versus Translating". In: KUMMER, K. (org.). *Proceedings of the 27th Annual Conference of the American Translators' Association*. Medford-NJ: Learned Information, 1986, p. 369-376.